

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO DA 3ª EDIÇÃO	7
SIGLAS E ABREVIATURAS	9
CAPÍTULO I ENQUADRAMENTO LEGAL. CARATERIZAÇÃO. FONTES E EVOLUÇÃO HISTÓRICA	13
1. O acesso aos tribunais. Direito à tutela jurisdicional efetiva. Enquadramento jurídico-constitucional. O «prazo razoável»	13
2. Direito ao processo. Natureza jurídica do direito de ação	16
3. Conceito, natureza, autonomia e relevância do direito processual civil	19
§1º Noção. Aceções	19
§2º O direito processual civil como direito público adjetivo	22
§3º Relevância, autonomia e natureza subsidiária do direito processual civil	24
4. Fontes e evolução histórica	27
4.1. Das raízes romanas	27
4.2. Evolução do direito processual civil português	30
§1º Período anterior ao Código de 1876	30
§2º Período compreendido entre os Códigos de 1876 e de 1939	33
§3º O Código de 61	35
§4º O Código de 67. A Reforma Intercalar de 85	37
§5º O Código de 1995/96	38
§6º Reformas avulsas entre o Código de 1995/96 e o Código de 2013	39
§7º O Código de 2013	43
5. Legislação complementar, circum-processual e circum-judiciária	52
§1º Diplomas de natureza adjetiva	53
§2º Diplomas de natureza substantiva	54

§3º Diplomas de natureza registral	56
§4º Diplomas orgânicos e estatutários	56
§5º Legislação internacional e europeia	57
§6º Diplomas relativos a meios alternativos de resolução de litígios	59
CAPÍTULO II APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL	61
6. Interpretação das leis processuais	61
7. Integração de lacunas das leis processuais	64
8. Sucessão de leis processuais no tempo	65
8.1. Princípios gerais. Não retroatividade da lei	65
8.2. Aplicações específicas	70
8.2.2. Leis sobre o ritualismo ou formalismo processual	71
8.2.3. Leis sobre provas	72
8.2.4. Leis sobre recursos	74
8.2.5. Leis sobre prazos	76
8.2.6. Leis sobre alçadas	79
CAPÍTULO III PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE PROCESSO CIVIL	81
SECÇÃO I PRINCÍPIOS RELATIVOS AO IMPULSIONAMENTO E DINÂMICA DA INSTÂNCIA	81
9. Princípio dispositivo. Princípio do pedido	81
10. Princípio da oficialidade	86
10.1. Princípio/dever de gestão processual	86
10.2. Princípio do inquisitório	89
10.2.1. Poderes inquisitórios do juiz	90
10.2.2. Poderes instrutórios do juiz	94
11. Princípio do contraditório	95
12. Princípio da igualdade das partes	98
13. Princípio da autorresponsabilidade das partes	100
14. Princípios da preclusão e da eventualidade	102
15. Princípio da economia processual	105
15.1. Economia de processos	105
15.2. Economia de atos e formalidades	107
16. Princípio da celeridade processual	109
16.1. Causas da morosidade do processo	110
16.2. Normas aceleratórias e expedientes atenuativos da morosidade processual	111
SECÇÃO II PRINCÍPIOS RELATIVOS À APRECIÇÃO DA PROVA	114

17.	Princípio da livre apreciação das provas	114
18.	Princípio da aquisição processual	117
19.	Princípio da imediação	118
19.1.	Princípios da concentração e da continuidade da audiência	120
19.2.	Princípio da oralidade	121
19.3.	Princípio da identidade do juiz ou da plenitude da assistência do juiz	122
19.4.	Princípio da publicidade da audiência e do processo	123

SECÇÃO III PRINCÍPIOS RELATIVOS À CONDUTA PROCESSUAL
DAS PARTES E DEMAIS INTERVENIENTES PROCESSUAIS 126

20.	Princípio da cooperação. Dever de boa-fé processual. Dever de recíproca correção	126
20.1.	Princípio da cooperação. Conteúdo. Alcance	126
20.2.	Os deveres da boa-fé processual e de recíproca correção	130
20.3.	Princípio de utilização de linguagem simples e clara	130
20.4.	Uso anormal do processo	132
20.4.1.	Simulação do processo. Fraude processual	132
20.4.2.	Litigância de má-fé	137
	§1º Caracterização do instituto	137
	§2º Sancionamento. Multa e indemnização à parte contrária	145
	§3º Indemnização em ação autónoma	150
	§4º Contraditório	155
	§5º A má-fé nos procedimentos cautelares	157
	§6º A má-fé no processo executivo e incidentes conexos	159
	§7º A má-fé em outros incidentes, atos avulsos e processos especiais	162
	§8º A má-fé no enxerto cível em processo penal	164
	§9º Imputação da responsabilidade por atuação de má-fé	166
	§10º Recurso	167

CAPÍTULO IV TIPOLOGIA DAS AÇÕES E DAS FORMAS
DE PROCESSO 169

SECÇÃO I PROCESSOS E PROCEDIMENTOS DECLARATIVOS	170
21. Espécies de ações quanto ao fim	170
21.1. Ações de simples apreciação	171

21.2. Ações de condenação	173
21.3. Ações constitutivas	174
22. Formas de processo. Processo comum. Processos especiais	178
22.1. Processos especiais e procedimentos declarativos previstos no Código de Processo Civil	179
22.2. Processos especiais de jurisdição voluntária	180
22.3. A Ação declarativa especial para cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contratos. Injunção	182
22.4. Processos especiais previstos em legislação avulsa	187
SECÇÃO II MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	191
23. Meios alternativos de resolução de litígios	191
23.1. Arbitragem	193
23.1.1. Arbitragem voluntária	194
23.1.2. Arbitragem necessária e institucionalizada	197
23.1.2.1. Arbitragem necessária	197
23.1.2.2. Arbitragem institucionalizada	198
23.2. Julgados de paz	201
23.2.1. Caracterização. Competência material	201
23.2.2. Mediação de conflitos em matéria não incluída na competência dos julgados de paz	205
23.3. Mediação civil e comercial	208
SECÇÃO III PROCESSO EXECUTIVO	210
24. Processo executivo. Função. Autonomia. Espécies. Forma	210
25. Títulos executivos	216
25.1. Noção. Exequibilidade. Requisitos	216
25.2. Espécies	217
25.2.1. Sentenças e demais decisões condenatórias de tribunais estaduais e dos julgados de paz	219
25.2.2. Despachos e decisões arbitrais	222
25.2.3. Sentenças proferidas por tribunais ou por árbitros no estrangeiro. Decisões proferidas em processo europeu para ações de pequeno montante	223
25.2.4. Títulos exarados em país estrangeiro. O título executivo europeu	226
25.2.5. Documentos exarados ou autenticados por notário ou por outras entidades competentes que importem constituição ou reconhecimento de qualquer obrigação	229
25.2.6. Títulos de crédito	233

25.2.7. Documentos a que seja legalmente atribuída força executiva	236
26. Procedimento extrajudicial pré-executivo	239
CAPÍTULO V. PROCEDIMENTOS CAUTELARES	241
SECÇÃO I A TUTELA CAUTELAR. NATUREZA. RAZÃO DE SER. ÂMBITO	242
27. A tutela cautelar. Natureza. Razão de ser. Âmbito. Providências conservatórias e antecipatórias	242
SECÇÃO II PROCEDIMENTO CAUTELAR COMUM	244
28. Procedimento cautelar comum. Requisitos. Processamento	244
28.1. Requisitos	247
28.2. Tramitação	248
28.2.1. Requerimento inicial. Tribunal competente	248
28.2.2. Despacho liminar	249
28.2.3. Exercício do contraditório	251
28.3. Decisão	253
28.3.1. Prova sumária	253
28.3.2. Ponderação relativa dos interesses em jogo	254
28.3.3. Caução condicional. Caução substitutiva	257
28.4. Caducidade. Modificabilidade. Revogação	259
28.5. Inversão do contencioso	261
29. Meios de compulsão ao acatamento das providências cautelares. A execução cautelar	266
29.1. Sanção pecuniária compulsória. Tutela penal	266
29.2. A execução cautelar em geral	268
30. Impugnação das decisões cautelares	271
SECÇÃO III PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECIFICADOS PREVISTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	273
31. Procedimentos cautelares especificados previstos no CPC. Caraterização. Execução das respetivas providências	273
31.1. Restituição provisória de posse	274
31.2. Suspensão de deliberações sociais	276
§1º Natureza jurídica	276
§2º Objeto	278
§3º Vícios invalidantes atendíveis	284
§4º Prazo. Tribunal competente	288
§5º Legitimidade. Despacho liminar	292
§6º Requisitos. Requerimento inicial. A ata. Citação. Revelia	293

§7º Efeitos da citação. Suspensão da eficácia. Atos de execução subsequentes ao decretamento. Oponibilidade a terceiros de boa-fé	299
§8º Medidas de compulsão. Consequências da falta de acatamento	304
§9º Registo do procedimento e da providência	305
31.3. Alimentos provisórios	306
31.4. Arbitramento de reparação provisória	315
31.5. Arresto	318
31.6. Embargo de obra nova	323
31.7. Arrolamento	331
31.8. Tutela da personalidade	336
SECÇÃO IV PROCEDIMENTOS CAUTELARES PREVISTOS EM LEGISLAÇÃO AVULSA	340
32. Procedimentos cautelares previstos em legislação avulsa. Caraterização. Execução das respetivas providências	340
32.1. Apreensão de veículo automóvel	341
32.2. Entrega da coisa objeto de locação financeira e cancelamento do registo	346
32.3. Nomeação de administrador provisório. Outras medidas cautelares em processo de insolvência	353
32.4. Proibição provisória de cláusulas contratuais gerais	354
32.5. Procedimentos cautelares em sede de direitos autor e dos direitos conexos	358
32.6. Procedimentos cautelares relativos a ilícitos previstos no Código da Propriedade Industrial	361
32.7. Medidas cautelares para preservação de meios de prova de infração ao direito da concorrência	364
SECÇÃO V PROCEDIMENTOS E PROCESSOS CAUTELARES EM OUTROS FOROS PROCESSUAIS	365
33. Procedimentos cautelares no foro laboral	365
33.1. Providências cautelares laborais não especificadas	366
33.1.1. Enunciação exemplificativa. Processamento	366
33.1.2. Execução	367
33.2. Providências cautelares especificadas do foro laboral	368
33.2.1. Enunciação. Processamento	368
33.2.2. Suspensão do despedimento	369
§1º Decretamento	369
§2º Execução	373

33.2.3.	Procedimento cautelar para proteção da segurança, higiene e saúde no trabalho	375
33.2.4.	Suspensão de eficácia das deliberações e de outros atos de órgãos de instituições de previdência, associações sindicais, associações de empregadores e comissões de trabalhadores	377
33.2.5.	Fixação de pensão ou de indemnização provisória no processo especial para efetivação de direitos resultantes de acidente de trabalho e de doenças profissionais	379
34.	Procedimentos cautelares e ordens preliminares no foro arbitral	382
34.1.	Providências cautelares arbitrais. Enunciação. Requisitos	382
34.2.	Ordens preliminares arbitrais. Requisitos	383
34.2.1.	Regras comuns às providências cautelares e às ordens preliminares arbitrais	383
34.2.2.	Reconhecimento ou execução coerciva de providências cautelares arbitrais. Poderes dos tribunais estaduais	384
35.	Procedimentos cautelares nos julgados de paz	385
36.	Procedimentos e processos cautelares nos foros administrativo, tributário e penal. Breve referência	386
36.1.	No foro administrativo	386
36.2.	No foro tributário	387
36.3.	No foro penal	387
CAPÍTULO VI PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS		389
37.	Pressupostos processuais	390
37.1.	Noção. Pressupostos processuais e condições da ação	390
37.2.	Classificações e espécies	391
SECÇÃO I COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL		393
SUBSECÇÃO I Jurisdição e competência		393
38.	A competência do tribunal. Jurisdição e competência. Conflitos de jurisdição e de competência	393
38.1.	Jurisdição e competência. Distinção	393
38.2.	Conflitos. Resolução. O Tribunal dos Conflitos	393
39.	Jurisdição comum e jurisdição administrativa	399
39.1.	Critérios legais delimitativos	400
39.2.	Competência dos tribunais administrativos	402
	§1º Em matéria de responsabilidade contratual	402
	§2º Em matéria de responsabilidade extracontratual	404

39.3. Contenciosos especiais	408
39.3.1. Setor empresarial do Estado	408
39.3.2. Concorrência, regulação e supervisão	410
40. Competência internacional e competência interna	411
SUBSECÇÃO II Competência internacional	412
41. Competência internacional	412
41.1. Critérios e fatores de atribuição	412
41.2. Competência internacional exclusiva	417
41.3. Pactos de jurisdição. Princípio da consensualidade	417
41.4. Direito convencional e direito europeu com incidência na competência internacional	419
41.4.1. Princípios de direito europeu aplicáveis	419
41.4.2. As Convenções de Bruxelas e de Lugano e o Regulamento UE nº 1215/2012, de 12 de dezembro	421
41.4.3. A regra-geral do domicílio do réu ou demandado	423
42. Tribunais supra-nacionais	428
42.1. O Tribunal Internacional de Justiça e outras jurisdições internacionais de competência especializada	428
42.2. O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	430
42.3. Os Tribunais da União Europeia	432
42.3.1. O Tribunal de Justiça da União Europeia. O reenvio prejudicial	432
42.3.2. O Tribunal Geral da União Europeia	436
42.3.3. Tribunais Especializados da União Europeia	437
42.3.4. Tribunal da Função Pública da União Europeia	438
SUBSECÇÃO III Competência interna	439
43. Competência interna. Modalidades	439
43.1. Competência em razão da matéria	439
43.2. Competência em razão da hierarquia	442
43.3. Competência em razão do valor	444
43.4. Competência em razão do território. Fatores de conexão	445
§1º Organização e divisão judicial do território	445
§2º Elementos de conexão relevantes	446
43.5. Extensão da competência	453
43.6. Modificação da competência. Competência convencional	457
SUBSECÇÃO IV Incompetência do tribunal	458
44. Incompetência. Modalidades	458

44.1. Enunciação	458
44.2. Incompetência absoluta. Regime de arguição e suscitação	459
44.3. Incompetência relativa. Regime de arguição e suscitação	462
44.4. Preterição do tribunal arbitral. Suscitação e conhecimento da exceção	463
44.5. Impugnação das decisões sobre competência	463
SECÇÃO II PERSONALIDADE JUDICIÁRIA	464
45. Personalidade judiciária. As partes processuais	464
45.1. Noção. Princípio da equiparação à personalidade jurídica	464
45.2. Falta de personalidade judiciária. Sanação	470
SECÇÃO III SUJEIÇÃO À JURISDIÇÃO PORTUGUESA	472
46. Sujeição à jurisdição portuguesa. Imunidades de jurisdição	472
46.1. Imunidades dos sujeitos de direito internacional público	472
46.2. Imunidades diplomáticas	475
SECÇÃO IV CAPACIDADE JUDICIÁRIA	477
47. Capacidade judiciária	477
47.1. Noção. Princípio da equivalência	477
47.2. Suprimento da incapacidade judiciária	478
§1º Suprimento da incapacidade dos menores	479
§2º Suprimento da incapacidade dos maiores acompanhados	480
§3º Sanação dos vícios de incapacidade, da irregularidade de representação e da falta de autorização ou deliberação	482
48. Representação judiciária	484
48.1. Representação de incapazes, incertos e ausentes em parte incerta	484
48.2. Representação das pessoas coletivas e das sociedades	485
48.3. Representação do Estado	486
SECÇÃO V LEGITIMIDADE DAS PARTES	487
49. Legitimidade das partes	487
49.1. Noção. Critério aferidor. O interesse relevante	487
49.2. Legitimidade singular e legitimidade plural	490
49.3. Litisconsórcio voluntário	491
49.4.1. Litisconsórcio necessário legal	497
§1º Ativo	497
§2º Passivo	498
49.4.2. Litisconsórcio necessário convencional	502

49.4.3. Litisconsórcio necessário natural	504
49.5. Litisconsórcio eventual ou subsidiário	506
49.6. Sanação da ilegitimidade	508
§1º Ilegitimidade singular	508
§2º Ilegitimidade plural	508
50. Legitimidade para a tutela de interesses difusos. A Ação popular	510
51. Coligação ou conjunção de partes	512
51.1. Caracterização. Modalidades. Requisitos	512
51.2. Coligação eventual ou subsidiária	517
SECÇÃO VI O INTERESSE PROCESSUAL	518
52. O Interesse processual	518
52.1. Conceito e relevância	518
52.2. Falta do interesse processual	523
SECÇÃO VII PATROCÍNIO JUDICIÁRIO	524
53. Patrocínio judiciário	524
53.1. Noção. Função. Casos de obrigatoriedade	524
53.2. Mandato e procuração forenses. Exercício da advocacia	528
53.3. Poderes e responsabilidade civil e disciplinar do mandatário	529
53.4. Revogação do mandato. Renúncia do mandato	532
53.5. Patrocínio a título de gestão de negócios	533
53.6. Falta do patrocínio. Falta, insuficiência ou irregularidade do mandato ou da procuração. Consequências. Sanação	534
54. Direito à proteção jurídica	535
54.1. Âmbito da proteção jurídica	535
54.2. Apoio judiciário. Processamento do pedido. Deferimento tácito	538
54.3. Nomeação de patrono oficioso para propositura de ação. Pedido de escusa. Prazos	539
54.4. Impugnação judicial do indeferimento	541
CAPÍTULO VII ATOS PROCESSUAIS	543
SECÇÃO I OS ATOS PROCESSUAIS EM GERAL	544
55. Atos processuais. Conceito. Natureza. Espécies	544
55.1. Forma. Princípio da instrumentalidade	545
55.2. Tempo e lugar	546
SECÇÃO II ATOS DAS PARTES	547
56. Atos das partes. Apresentação a juízo. Suporte digital. Taxa de justiça. Prazo supletivo	547

56.1. Taxa de justiça	549
56.2. Prazo supletivo	549
56.3. Retificação de erros materiais	550
SECÇÃO III ATOS DOS MAGISTRADOS	551
57. Decisões judiciais. Espécies. Dever de fundamentação	551
57.1. Despachos, sentenças e acórdãos. Dever de acatamento	551
57.2. Prazos	554
57.3. Dever de fundamentação	554
57.4. Manutenção da ordem nos atos processuais	555
57.5. Marcação e adiamento de diligências	556
57.6. Documentação dos atos presididos pelo juiz. A ata	557
57.7. Retificação de erros materiais	557
58. Atos da secretaria	558
58.1. Deveres dos funcionários	558
58.2. Passagem de certidões	560
58.3. Confiança do suporte físico do processo	561
58.4. Acesso ao processo. Dever de informação	562
SECÇÃO V ATOS ESPECIAIS	563
59. Distribuição	563
60. Citações e notificações	565
60.1. Citação. Modalidades. Regra da oficiosidade	566
60.2. Notificações em processos pendentes	567
60.3. Notificação das decisões judiciais. Legibilidade. Notificações em ato judicial	569
61. Notificações judiciais avulsas	570
61.1. Caracterização	570
61.2. Procedimento. Execução	574
61.3. Notificação para revogação de mandato ou procuração	575
62. Requisição e comunicação dos atos por e entre tribunais	576
62.1. Cartas precatórias	576
62.2. Cartas rogatórias	577
SECÇÃO VI TRAMITAÇÃO DA AÇÃO DECLARATIVA COMUM	577
63. Atos-trâmite da ação declarativa comum	577
63.1. Fases da ação declarativa. Tramitação	577
63.1.1. Articulados	579
63.1.2. Gestão inicial do processo e audiência prévia	583
§1º Despacho pré-saneador	583

§2º Audiência prévia	585
§3º Despacho saneador	587
§4º Despacho de identificação do objeto do litígio e de enunciação dos temas da prova	588
61.1.3. Instrução	589
63.1.4. Audiência final	595
63.1.5. Sentença	599
63.2. Termos posteriores aos articulados nas ações de valor não superior a metade da alçada da Relação	605
 SECÇÃO VII OS ATOS PROCESSUAIS NA AÇÃO EXECUTIVA	606
64. Atos do juiz, do agente de execução e da secretaria	606
§1º Atos do juiz	607
§2º Atos do agente de execução	607
§3º Atos do oficial de justiça	610
§4º Atos das partes. Prazos	611
§5º Reclamações e impugnação jurisdicional	612
 SECÇÃO VIII NULIDADES PROCESSUAIS	613
65. Nulidades processuais. Caracterização. Espécies	613
65.1. Nulidades principais	615
65.1.1. Ineptidão da petição inicial	615
§1º Conceito. Causas de ineptidão	615
§2º Controle, oportunidade de desconhecimento e efeitos da ineptidão	621
65.1.2. Falta de citação	623
65.1.2.1. Nulidade da citação	626
65.1.2.2. Falsidade da citação	628
65.1.3. Erro na forma de processo	630
65.1.4. Falta de vista ou de exame ao Ministério Público como parte acessória	632
65.2. Nulidades secundárias. Caracterização. Regime	632
 CAPÍTULO VIII VICISSITUDES DA INSTÂNCIA	637
SECÇÃO I INÍCIO E DESENVOLVIMENTO DA INSTÂNCIA	638
66. A relação jurídica processual ou instância. Facto gerador	638
66.1. O objeto do processo	638
66.2. Facto gerador da instância. Entrada da petição inicial em juízo	639
66.3. Princípio da estabilidade da instância. Causas modificativas	641
66.3.1. Modificações subjetivas	642

66.3.2. Modificações objetivas	644
66.3.2.1. Alteração do pedido e/ou da causa de pedir	644
66.3.2.2. Reconvenção	647
66.3.2.2.1. Noção. Autonomia do pedido reconvencional	647
66.3.2.2.2. Dedução e admissibilidade. Requisitos	649
SECÇÃO II APENSAÇÃO DE AÇÕES	650
67. Apensação de ações. Admissibilidade. Pressupostos	650
67.1. Admissibilidade. Pressupostos. Iniciativa	650
67.2. Atendibilidade do interesse. Poderes do juiz	651
SECÇÃO III SUSPENSÃO DA INSTÂNCIA	653
68. Suspensão da instância. Causas	653
68.1. Suspensão por falecimento de alguma das partes ou por extinção de pessoa coletiva	654
68.2. Suspensão por falecimento ou impossibilitação absoluta do mandatário ou do representante	655
68.3. Suspensão por vontade do juiz	656
68.4. Suspensão por determinação especial da lei	660
68.5. Suspensão por acordo das partes	661
69. Regime e efeitos da suspensão	662
SECÇÃO IV INCIDENTES DA INSTÂNCIA	664
70. Incidentes da instância	664
70.1. Noção. Caracterização. Natureza jurídica	664
70.2. Incidentes típicos e anómalos	665
70.3. Processamento. Regras gerais e especiais	667
SUBSECÇÃO I Incidentes relativos às garantias de imparcialidade	668
71. Incidentes relativos às garantias de imparcialidade	668
71.1. Impedimentos	670
71.1.1. Impedimentos do juiz de 1ª instância	670
71.1.2. Impedimentos dos juízes de tribunais coletivos e de tribunais superiores	673
71.1.3. Impedimentos do Ministério Público e dos funcionários da secretaria	673
71.2. Suspeições	674
71.2.1. Suspeição do juiz. Pedido de escusa	674

71.2.2.	Suspeição oposta pelas partes aos juízes de 1ª instância ou dos tribunais superiores	675
71.2.3.	Suspeição oposta pelas partes aos funcionários da secretaria	679
SUBSECÇÃO II Outros incidentes típicos		680
72.	Verificação do valor da causa	680
72.1.	Valor das ações	680
72.2.	Valor dos incidentes e dos procedimentos cautelares	686
73.	Intervenção de terceiros	687
73.1.	Intervenção principal	687
73.1.1.	Intervenção principal espontânea	688
73.1.2.	Intervenção principal provocada	690
73.2.	Intervenção acessória	692
73.2.1.	Intervenção acessória provocada	692
73.2.2.	Intervenção acessória do Ministério Público	696
73.2.3.	Assistência	697
73.3.	Oposição	701
73.3.1.	Oposição espontânea	701
73.3.2.	Oposição provocada	704
73.3.3.	Oposição mediante embargos de terceiro	706
73.3.3.1.	Âmbito do incidente	706
	§1º Incompatibilidade do direito com a diligência judicial lesiva	707
	§2º Inadmissibilidade do incidente por existência de outros meios defensórios	712
	§3º A posição jurídica do promitente-comprador	713
	§4º A posição jurídica do adquirente com reserva de propriedade e do tomador de leasing	716
73.3.3.2.	Embargos de terceiro pelos cônjuges	721
73.3.3.3.	Noção de terceiros para efeitos de registo predial	727
73.3.3.4.	Trâmites processuais	733
74.	Habilitação	735
75.	Liquidação	738
SECÇÃO V ABSOLVIÇÃO DA INSTÂNCIA		745
76.	Absolvição da instância. Causas. Efeitos	745
76.1.	Causas. Ordem de conhecimento	745

SECÇÃO VI EXTINÇÃO DA INSTÂNCIA	750
77. Extinção da instância. Causas. Efeitos	750
77.1. Julgamento	751
77.2. Compromisso arbitral	752
77.3. Deserção da instância e dos recursos	753
77.4. Desistência. Confissão. Transação	756
77.4.1. Âmbito e enquadramento	756
77.4.2. Sentença homologatória. Custas	760
77.4.3. Efeitos	761
77.4.4. Nulidade e anulabilidade	762
77.5. Impossibilidade e inutilidade superveniente da lide	763
77.5.1. Impossibilidade superveniente	764
77.5.2. Inutilidade superveniente	765
ÍNDICE GERAL	769

